

A REGIÃO AO SUL DE BENGUELA NA CARTOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII: OS MAPAS DE LUÍS CÂNDIDO CORDEIRO PINHEIRO FURTADO (1785/86)

THE REGION SOUTH OF BENGUELA IN 18TH-CENTURY PORTUGUESE CARTOGRAPHY: THE MAPS OF LUÍS CÂNDIDO CORDEIRO PINHEIRO FURTADO (1785/86)



PAULO PEREIRA OLIVEIRA MATOS¹

Resumo

O presente artigo apresenta e analisa dois documentos cartográficos pioneiros, representando a região ao sul de Benguela, desenhados pelo Tenente-Coronel engenheiro português Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, entre 1785 e 1786. Construídos a partir de elementos recolhidos durante uma expedição de reconhecimento realizada em 1785, os mapas apresentaram uma grande quantidade de informações, até então desconhecidas oficialmente pelos portugueses, como a caracterização detalhada da linha de costa, a toponímia, as sociedades que habitavam o interior e a hidrografia regional. Os mapas foram instrumentalizados politicamente pelo Governador de Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, o Barão de Moçâmedes (que governou entre 1784 e 1790), sendo por ele percebidos como um trunfo capaz de garantir o apoio da Coroa portuguesa ao seu projeto de ocupação da região.

Palavras-chave: Benguela, Angola, cartografia histórica.

Abstract

This article presents and analyses two pioneering cartographic documents depicting the region south of Benguela, drawn by Portuguese engineer Lieutenant Colonel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado between 1785 and 1786. Constructed with elements collected during a reconnaissance expedition in 1785, the maps provided a wealth of information that until then had been officially unknown to the Portuguese, such as a detailed characterisation of the coastline, toponymy, the societies that inhabited the interior and the regional hydrography. The maps were used politically by the Governor of Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, the Baron of Moçâmedes (who ruled between 1784 and 1790), and were seen by him as an asset capable of guaranteeing the Portuguese Crown's support for his project to occupy the region.

Keywords: Benguela, Angola, historical cartography..

Introdução

Os primeiros documentos cartográficos portugueses representando a região ao sul de Benguela, atualmente inserida na parte sudoeste da República de Angola, datam do

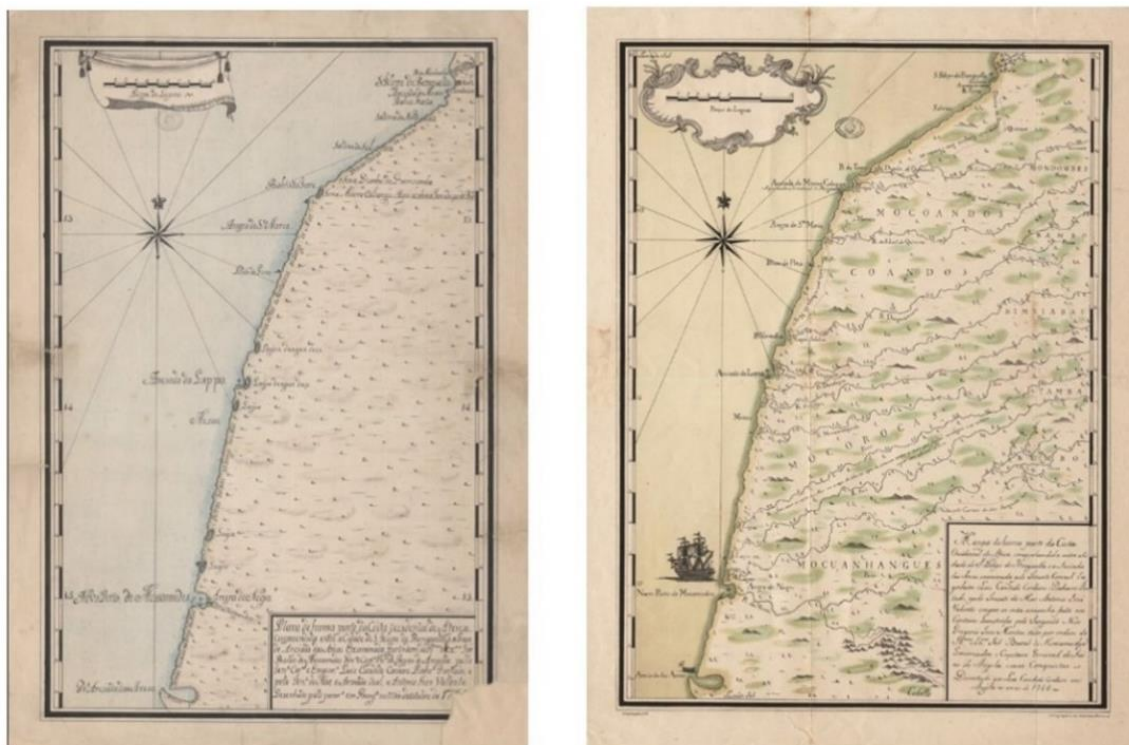
¹ Pesquisador vinculado à Universidade de Gante (Universiteit Gent), na Bélgica, onde realiza o doutoramento em História de África no âmbito do projeto CATTLEFRONTIERS, com o apoio financeiro do European Research Council. Mestre em Sensoriamento Remoto, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/BR (2009), em São José dos Campos/Brasil, e Mestre em História, com especialidade em História de África, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2023), em Lisboa/Portugal. E-mail: paulopomatos@gmail.com.



final do século XVIII. Em outubro de 1785, após o encerramento do segmento marítimo de uma expedição de reconhecimento, o Tenente Coronel engenheiro português Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado desenhou um mapa com o título *Plano de huma parte da Córta Occidental de África compreendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella e a Grande Anciada das Arêas* (Furtado, 1785b). No documento, especial atenção foi dada à atualização do contorno da linha de costa e à identificação de pontos notáveis e feições geográficas litorâneas, aos quais foram atribuídos topônimos em língua portuguesa.

Em janeiro de 1786, após receber elementos geográficos recolhidos por um dos segmentos terrestres da mesma expedição de reconhecimento, o militar desenhou um segundo mapa, complementar ao primeiro, com informações sobre a hidrografia, a topografia, os topônimos regionais e as populações contactadas entre o litoral e as escarpas da serra da Chela. Com o título *Mappa de uma parte da Córta Occidental de África comprehendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella, e a Anciada das Arêas* (FURTADO, 1786), o documento reuniu uma ampla gama de informações, representando áreas ainda desconhecidas formalmente pelos portugueses. Os documentos cartográficos são apresentados na figura 1.

Figura 1. À esquerda, o mapa confeccionado por Pinheiro Furtado em outubro de 1785. À direita, o mapa elaborado pelo mesmo militar, em janeiro de 1786.



Fonte: Furtado (1785b) e Furtado (1786).

Os trabalhos de Pinheiro Furtado consolidaram os conhecimentos reunidos durante as primeiras expedições de reconhecimento em direção ao sul de Benguela, sendo parte essencial do projeto de expansão da presença oficial portuguesa. A tentativa de descrever e ordenar a região, incluindo a apresentação de um inventário das populações locais, integrava o esforço da administração colonial para ratificar um pretense domínio e uma reclamada soberania portuguesa sobre aquele território.

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar a cartografia produzida, sobre a região ao sul de Benguela, por Pinheiro Furtado, entre 1785 e 1786. São abordados o contexto histórico da sua produção, a recolha dos elementos geográficos em terra e no mar, as características principais dos mapas e a sua precisão. Será evidenciada, também, a importância dos mapas para o projeto de expansão colonial delineado pelo Governador de Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, o Barão de Moçâmedes².

² O termo Angola, quando utilizado sem complementos, refere-se à região composta pela cidade de Luanda, fundada em 1576, e pelo seu *hinterland*. Na documentação colonial do século XVIII, a região foi denominada pelas autoridades portuguesas como Capitania-Geral do Reino de Angola. Ao se referir ao cargo de Capitão-General e Governador da Capitania-Geral do Reino de Angola, utilizou-se o termo simplificado Governador de Angola. Em relação ao cargo de Governador do Reino/Capitania de Benguela, utilizou-se o termo Governador de Benguela e, ao se referir ao cargo de Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar do Reino de Portugal, utilizou-se o termo Secretário do Ultramar.



O assunto foi pouco abordado pela historiografia. Gastão Sousa Dias, ao investigar a correspondência oficial do Governador de Angola, e mencionar a cartografia elaborada por Pinheiro Furtado, ignorou a existência dos dois mapas dedicados à região ao sul de Benguela. O historiador relacionou, equivocadamente, um documento cartográfico elaborado em 1790, por Pinheiro Furtado, como sendo o mapa resultante da expedição de reconhecimento de 1785 (Dias, 1937, p. 75-76)³. Ralph Delgado não mencionou a confecção dos mapas por Pinheiro Furtado, tendo, contudo, analisado com detalhamento os relatos de viagem produzidos após o regresso da expedição de reconhecimento (Delgado, 1944, p. 10-19, 187-189). Avelino Teixeira da Mota citou a existência dos mapas elaborados por Pinheiro Furtado sem, no entanto, se aprofundar sobre tais documentos. Mota informou, na mesma publicação, que “uma carta de Angola” teria sido remetida para Portugal, em 1786, tendo esse documento, segundo o autor, desaparecido dos arquivos portugueses (Mota, 1964, p. 108-109).

Historiadores de períodos mais recentes também pouco informaram sobre os dois documentos cartográficos. Maria Emília Madeira Santos, ao investigar as viagens de exploração portuguesas pela região ao sul de Benguela, mencionou as trajetórias das expedições de reconhecimento sem, no entanto, citar a cartografia resultante das mesmas, referindo-se, apenas, ao já citado mapa elaborado por Pinheiro Furtado em 1790 (Santos, 1978, p. 158-161). Mariana P. Candido, em uma importante publicação sobre a história e o desenvolvimento de Benguela, citou o mesmo documento, situando a sua produção entre 1786 e 1790, sem, no entanto, mencionar os mapas de 1785 e 1786 (Candido, 2013, p. 277). Estevam Costa Thompson, em recente investigação sobre Quilengues, citou o mapa elaborado em 1786 como sendo “um mapa preliminar” sobre o qual se baseou o documento cartográfico elaborado por Pinheiro Furtado em 1790. Assim, o historiador desvalorizou a importância dos mapas dedicados ao sul de Benguela confeccionados entre 1785 e 1786 e, ao mesmo tempo, desconsiderou os demais aportes cartográficos utilizados na confecção do documento de 1790 (Thompson, 2021, p. 36, 161, 175-176, 180, 377)⁴.

³ O mapa confeccionado em 1790 por Pinheiro Furtado, e citado equivocadamente por Dias como tendo sido encaminhado para Portugal em 1786, cobre parte do Congo, Angola e Benguela, representando cartograficamente a região situada entre os paralelos de 5° e 19° de latitude sul (FURTADO, 1790). Não é possível determinar a data da sua remessa a Portugal, tendo-se, no entanto, a certeza de que o original estava em Portugal na década de 1810, quando foi copiado pelo Capitão Engenheiro Lourenço Homem da Cunha d'Eça, do Real Corpo de Engenheiros do Exército (MATOS, 2023, p. 136-139). As informações sobre o envio dos documentos cartográficos elaborados em 1785 e 1786 constam de documentos sob custódia do Arquivo Histórico Ultramarino, situado em Lisboa (ALBERGARIA, 1786a, f. 28v-31v; ALBERGARIA, 1786c, f. 32r-34r; e ALBERGARIA, 1786d, f. 34v-35v).

⁴ Sobre a construção do mapa elaborado por Pinheiro Furtado em 1790, ver: Matos (2023).



Contexto histórico da produção cartográfica

Até a segunda metade do século XVIII houve um relativo desinteresse, por parte de Portugal, na expansão da presença colonial em direção à região ao sul de Benguela. Entre as razões que contribuíram para isso, podem ser citadas as dificuldades na comunicação marítima com a região, causadas pelos ventos e correntes contrárias que dificultavam a navegação no sentido sul, a partir de Benguela; a percepção das características físicas e ambientais regionais como fatores limitantes para um estabelecimento de maior relevância; a resistência e a oposição das populações locais; e a lucratividade do tráfico de pessoas escravizadas, solidamente estabelecido no eixo Luanda-Benguela, que desencorajava novos investimentos de recursos e de pessoal em outras regiões (Matos, 2023, p. 19).

Entretanto, em 1758, a publicação de um Alvará Régio modificou a dinâmica comercial no interior de Benguela. O Alvará de 11 de janeiro de 1758, que determinou a liberdade de comércio e a proibição da formação de monopólios no Congo, em Angola, no Loango e em Benguela (Portugal, 1830, p. 584-586), passou a permitir a participação de comerciantes portugueses (chamados de “sertanejos” na correspondência oficial) e de seus representantes (“pumbeiros” e “funantes”) em um comércio que estava vinculado, até então, aos Capitães-Mores dos presídios (na região, os Capitães-Mores de Benguela e Caconda).

Rotas comerciais de longa distância, estabelecidas pelas sociedades locais em momentos históricos anteriores, passaram a ser percorridas pelos sertanejos, que estabeleciam contatos com as autoridades locais do interior e se integravam às redes comerciais (Vieira, 2006, p. 58-59). Caravanas com pessoas escravizadas vindas do Bié e de outras regiões do planalto central, passavam pelo presídio de Caconda, reposicionado em 1769 por ordem do Governador de Angola, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho (1764-1772), e chegavam a Benguela através do vale do rio Catumbela. Pessoas escravizadas também eram trazidas de áreas mais distantes, do Humbe e da margem esquerda do rio Cunene, através das calhas dos rios Cubal, Bero e Giraul até as proximidades da angra do Negro (Miller, 1988, p. 221-226)⁵.

⁵ Sobre as rotas comerciais estabelecidas no planalto central, ver: Candido (2013).



Além do reposicionamento do presídio de Caconda, visando ampliar o controle das rotas comerciais do interior, Sousa Coutinho determinou outras ações para o povoamento do interior. Em seu projeto de ocupação branca do que denominou de “Certoens de Benguela” em sua correspondência oficial, o Governador ordenou, em 1768, a reunião dos sertanejos portugueses, que atuavam de forma independente pelo interior, em agrupamentos fixos a serem construídos à semelhança das povoações existentes ao norte (Coutinho, 1768, doc. 8, p. 1-2; Santos, 2005, p. 131-151). E, em 1770, designou o sertanejo João Pilarte da Silva para deslocar-se até o cabo Negro e “examinar aqueles caminhos e sítio, e procurar os naufragados que ali tinham dado à costa em um navio” (Magalhães, 1785a, anexo, f. 1r).

Ainda que as atenções da administração colonial tenham se voltado para a região ao sul de Benguela, o projeto de expansão da presença colonial portuguesa permaneceu estagnado nos anos seguintes. O relato da expedição de reconhecimento de 1770, escrito por João Pilarte da Silva, retratou o cabo Negro e os seus arredores como áreas agrestes, com escassos recursos hídricos e de acesso dificultoso, sendo habitadas por populações hostis aos portugueses (Silva, 1785, f. 2v). As povoações mandadas fundar por Sousa Coutinho não prosperaram e, para além de Benguela, a presença oficial portuguesa continuava restrita ao presídio de Caconda, onde o Capitão-Mor tinha autoridade apenas nominal, e a um pequeno entreposto militar no distrito de Quilengues (Dias, 1957, p. 11; Dias, 1998, p. 365-366).

Havia um reduzido conhecimento português sobre as populações que habitavam as áreas mais meridionais, como a planície costeira entre a angra do Negro e a serra da Chela, naquele momento histórico. Há poucos registros oficiais sobre interações entre essas sociedades e os europeus, ainda que algumas correspondências oficiais entre os administradores coloniais apontem a ocorrência de um incipiente comércio de pessoas escravizadas, a partir da angra do Negro (Coutinho, 1770, f. 176r-177v). O impacto da presença oficial portuguesa, em áreas mais ao norte, como Benguela, Caconda e Quilengues, terá sido pouco relevante para grande parte das sociedades que habitavam regiões mais meridionais. Alba Nova, a primeira povoação portuguesa fundada na região, em 1769, por ordem de Sousa Coutinho, teve existência efêmera, não sendo possível encontrar evidências de sua existência poucos anos mais tarde, em 1790 (Matos, 2023, p. 182-183).



Na década de 1780, as pressões políticas e comerciais estrangeiras se intensificaram, ao norte e ao sul das possessões portuguesas. Nas proximidades da baía de Cabinda, os franceses estabeleceram sólidas relações comerciais com as autoridades locais e, ao sul de Benguela, o trânsito de navios estrangeiros era continuamente registrado. Entre 1782 e 1783, o Governador de Benguela, António José Pimentel e Castro (1779-1784), preocupado com a possível interferência de outros países no comércio regional, sugeriu a ocupação e a fortificação do cabo Negro, situado a cerca de 370 quilômetros ao sul de Benguela. Segundo Castro, a construção de fortificações ao norte de Luanda, onde os franceses estavam acostumados a comerciar, aliada à abundância de pessoas escravizadas, marfim e cera no entorno do cabo Negro, poderia resultar na reorientação das ações francesas para a região ao sul (Mesquita, 1783, f. 1r).

A situação preocupava Portugal. O recém-nomeado Governador de Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, o Barão de Moçâmedes (1784-1790), levou de Portugal ordens régias para ocupar o cabo Negro e garantir a soberania portuguesa na região (Albergaria, 1785, f. 59r-59v). Para esse objetivo, o Governador elaborou um plano detalhado, que incluía o reconhecimento geográfico regional, a ser feito por uma expedição de reconhecimento integrando segmentos marítimos e terrestres. Essa expedição resultaria na produção de uma cartografia detalhada; no inventário das populações locais; no avassalamento das autoridades locais; e na fundação de uma feitoria comercial nas proximidades do cabo Negro. Um objetivo secundário era encontrar as supostas riquezas minerais cuja existência havia sido apontada pelo conquistador de Benguela Manuel Cerveira Pereira, no primeiro quarto do século XVII (Albergaria, 1785, f. 59r).

O projeto do Governador de Angola encontrou grande rejeição por parte do Governador de Benguela, Pedro José Correa de Quevedo Homem de Magalhães (1784-1788). Magalhães defendia a construção de um presídio nas margens do rio Cunene, a leste-sudeste de Benguela, de forma a possibilitar o controle das redes comerciais que traziam pessoas escravizadas e marfim desde áreas a leste do rio. Essas redes abasteciam Benguela e eram controladas por autoridades locais, que não permitiam o trânsito de portugueses e de seus representantes pelo interior (Magalhães, 1785a, f. 4v). Naquele momento, Benguela era um polo exportador de pessoas escravizadas, atividade que atingira o seu auge em 1784. O marfim era abundante e, na falta de dinheiro para os pagamentos diários, eram utilizadas pontas do material como moeda corrente (Magalhães,



1785b, f. 1v-2v). Ciente da oposição de Magalhães e visando sobrepujar os obstáculos por ele impostos, o Barão de Moçâmedes nomeou uma junta de providências a ser organizada em Benguela, composta majoritariamente por aliados políticos seus, investida de poderes para organizar a expedição (Albergaria, 1786c, f. 28v-31v).

Após meses de discussão e de protelamentos causados pelo Governador de Benguela, a expedição de reconhecimento teve a sua partida autorizada pela junta de providências. Composta por três diferentes segmentos, um marítimo (com a participação da fragata Nossa Senhora do Carmo Loanda e de um escaler a remos) e dois terrestres (comandados por traficantes de pessoas escravizadas vinculados à Benguela, o Sargento-Mor de ordenanças Gregório José Mendes e o Capitão António José da Costa), a expedição teve como comandante geral o Tenente-Coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado (Albergaria, 1786b, f. 2r; Corrêa, 1937, p. 130-132).

Nos meses que se seguiram ao regresso das comitivas expedicionárias à Benguela, de posse das informações recolhidas pelos comandantes dos segmentos da expedição, Pinheiro Furtado elaborou dois documentos cartográficos distintos, um plano com informações da linha de costa e um mapa detalhado, ambos cobrindo o trecho da costa situado entre Benguela e a “Anciada das Arêas” (atualmente Tômbua). Os mapas foram elaborados de forma expedita, em menos de um mês, e foram encaminhados para Portugal, pelo Barão de Moçâmedes, em 18 de janeiro de 1786, anexos a um ofício no qual o Governador pedia a ratificação, pela Rainha D. Maria I, do projeto de ocupação da região ao sul de Benguela. O Governador solicitava o envio de colonos brancos de outras partes do reino, buscando uma colonização europeia na região, além de meios navais e de forças militares que permitissem a ocupação do cabo Negro (Albergaria, 1786b, f. 2r).

Para o Barão de Moçâmedes, os mapas serviam como esquemas representativos de uma ação, alegadamente bem-sucedida, da administração colonial. A utilização de topônimos portugueses, na representação cartográfica da costa, indicava uma alegada ocupação efetiva do litoral e consubstanciava uma suposta soberania portuguesa. A simbologia adotada para a representação do interior, aliada à ausência de informações sobre os potentados locais, apresentava a região como um vazio demográfico, com possíveis vias de penetração através das calhas dos rios, e sem maiores obstáculos topográficos a serem transpostos.

Ainda que o Barão de Moçâmedes estivesse otimista quanto à resposta da Coroa, e percebesse o mapa consolidado sobre a região ao sul de Benguela como um trunfo



político capaz de assegurar o apoio militar, logístico e financeiro necessário para prosseguir com o seu projeto de ocupação, ele teve as suas perspectivas frustradas quando as suas solicitações não foram atendidas, ou sequer respondidas, pela Coroa portuguesa. Ao envio dos mapas para Portugal, em janeiro de 1786, seguiu-se um período de cerca de dois anos sem nenhuma resposta, o que indicou a falta de apoio da Coroa (Albergaria, 1787, f. 46r-48r). A incerteza sobre a efetividade das ações dos administradores coloniais; as acusações feitas pelo Governador de Benguela e pelos comerciantes vinculados à cidade, sobre abusos e desordens cometidas pelas comitivas no interior; a dúvida sobre a veracidade das informações ambientais repassadas pelos administradores coloniais; e a falta de recursos e de pessoal para alocar à região, foram motivos para o silêncio, e para a consequente falta de apoio, da metrópole (Matos, 2023, p. 213-215). A cartografia produzida por Pinheiro Furtado, durante o período em que o militar serviu em Angola e em Benguela, foi arquivada em diferentes repositórios documentais portugueses, permanecendo, até os dias atuais, dividida entre o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Arquivo Histórico Militar (AHM) e a Direção Geral do Território (DGT).

Notas biográficas

Pinheiro Furtado foi um militar do Exército português nascido em 1749, em Serpa, e transferido para Luanda em 1770. Durante os anos de serviço entre Angola e Benguela, envolveu-se em relevantes acontecimentos históricos: em 1771, participou da edificação da fábrica de ferro de Nova Oeiras, sendo indicado pelo Governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), como uma referência técnica capaz de dar prosseguimento e aperfeiçoar a atividade mineradora (Coutinho, 1771, f. 2r). Em 1773, integrou a comissão técnica estabelecida pelo Governador de Angola, D. António de Lencastre (1772-1779), que investigou a qualidade do ferro das minas próximas à Nova Oeiras, atestando a reduzida concentração do mineral nas pedras extraídas (Lencastre, 1773, f. 2v)⁶.

Em 1776, participou das ações militares contra o soba do Bailundo, aproveitando o conhecimento reunido em campo para elaborar um mapa abrangendo a região entre Angola e Benguela (Mota, 1964, p. 107). Em 1783, foi nomeado inspetor e comandante da força militar que se movimentou até Cabinda, em uma ação que visava a expulsão das

⁶ Para maiores informações sobre a fábrica de ferro de Nova Oeiras, ver: Alfagali (2018).



embarcações francesas que transitavam pela região. A expedição teve resultados adversos, sendo os portugueses obrigados a evacuar as suas posições, o que resultou na prisão do militar, acusado de má conduta, em 1784. No mesmo ano, foi liberto e reabilitado, por intercessão direta do Governador de Angola, o Barão de Moçâmedes, sendo posteriormente nomeado comandante da expedição de reconhecimento ao cabo Negro (Albergaria, 1784, f. 1v). No início da década de 1790, retornou a Portugal, sendo promovido a Brigadeiro em 1797. Em 1812, após mais de quinze anos como comandante do Real Corpo de Engenheiros, se reformou, falecendo em Lisboa em 30 de março de 1822 (Mapa..., 1822, f. 1r-5r).

No âmbito das administrações coloniais de Angola e de Benguela, no final do século XVIII, Pinheiro Furtado foi o mais importante cartógrafo português, tendo produzido, pelo menos, outros três mapas e cartas geográficas (Matos, 2023, p. 137, 143-144). Era, também, uma pessoa de confiança do Barão de Moçâmedes, com quem manteve frequente correspondência. Como enviado de Angola a Benguela, em 1785, a sua presença acirrou as tensões políticas entre os dois centros de poder, tendo o militar atuado com autonomia frente ao Governador de Benguela, Pedro José Correia de Quevedo Homem e Magalhães, demandando o seu apoio irrestrito à expedição de reconhecimento e o interpelando, em nome do Governador de Angola, sobre as suas ações enquanto administrador colonial.

Características gerais

O Plano de huma parte da Córta Occidental de Africa compreendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella e a Grande Anciada das Arêas, desenhado por Pinheiro Furtado em 1785, privilegiou a representação da linha da costa, a divulgação de informações sobre a zona litorânea e a caracterização dos pontos notáveis. Há poucas informações sobre o interior, uma vez que o único desembarque realizado, pelos tripulantes das embarcações, ocorreu na angra do Negro (atual Moçâmedes), não tendo sido coletadas informações em outros pontos.

Atualmente sob a custódia do AHU, o mapa é um documento manuscrito, feito em papel, arquivado no fundo documental Cartografia Manuscrita, sob o código de referência PT/AHU/CARTM/001/00279, possuindo dimensões totais de 46,2 cm de altura por 32,4 cm de largura, com área efetiva de 41,8 cm x 27,5 cm. O mapa está em excelente estado de conservação, tendo sido restaurado em 2005, conforme registro



existente na pasta que reveste o documento. Há um tronco de petipé de 10 léguas, medindo cada divisão de 1 légua, 0,65 cm. Considerando a equivalência de 1 légua a 6.600 metros, a escala do documento é de, aproximadamente, 1:1.015.384⁷.

Não foi possível encontrar, nos repositórios documentais portugueses, o documento manuscrito original referente ao *Mappa de uma parte da Costa Occidental de Africa comprehendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella, e a Anciada das Arêas*, elaborado em 1786. Sob a custódia do AHU, encontra-se arquivada uma versão impressa, em papel, não havendo informações sobre a data da sua impressão. O mapa, com dimensões de 46,2 cm x 36 cm, está em bom estado de conservação, e integra o fundo documental Cartografia Impressa, sob o código PT/AHU/CARTI/001/00335, possuindo área efetiva de 40,2 cm x 29,5 cm. Há um tronco de petipé de 12 léguas, equivalendo, cada légua, a aproximadamente 0,63 cm no mapa impresso, indicando uma escala aproximada de 1:1.042.105.

A coleta de elementos para a produção cartográfica

No mar, os elementos para a construção dos mapas foram recolhidos pela tripulação da fragata Nossa Senhora do Carmo - Loanda e por militares embarcados em um escaler a remos. Os dois meios atuaram de forma coordenada, tendo a fragata partido em junho de 1785, fundeando na angra do Negro em 3 de agosto do mesmo ano. O escaler partiu de Benguela no dia 7 de agosto de 1785, encontrando a fragata na angra do Negro entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro. No dia 20 de setembro, ambos os meios se encontravam de volta a Benguela.

A presença do escaler a remos, no segmento marítimo da expedição, pode ser explicada pela inadequação da fragata para realizar a navegação próximo da costa, entre Benguela e a angra do Negro. A fragata Nossa Senhora do Carmo Loanda foi construída em 1782, em Luanda, e permaneceu no serviço ativo até 1800. Foi classificada, pela Marinha Portuguesa, como *fragatinha*, um modelo modificado de fragatas armadas, com menor deslocamento e maior agilidade. As fragatas dispunham de aparelhos de vela que utilizavam panos redondos (velas retangulares envergadas de bombordo a estibordo, no sentido transversal do navio)⁸.

⁷ Considerações acerca do valor de légua utilizado, e do cálculo da escala dos mapas analisados, serão realizados adiante no artigo.

⁸ Sobre as características e tipos de navios portugueses do século XVIII, ver: Canas *et al.* (2012).



O navio era utilizado em ações de combate ao contrabando na costa de Angola, principalmente nas proximidades do porto de Luanda. A maior agilidade e velocidade a tornavam um navio adequado à busca e interceptação de navios de outras bandeiras. Entretanto, a presença de ventos fortes e constantes no litoral ao sul de Benguela, provenientes do quadrante sudeste, dificultava a navegação de embarcações equipadas com velas redondas, tornando esse tipo de navio inapropriado para a navegação no sentido sul, a partir daquela cidade. Outros fatores complicadores eram a ação da corrente de Benguela, um volumoso fluxo d'água na direção sul-norte; as poucas reentrâncias costeiras abrigadas do vento, entre Benguela e o cabo Negro; e a declividade acentuada do fundo marítimo nas áreas contíguas às praias, fazendo com que os navios fundeassem em zonas próximas à arrebentação (Matos, 2023, p. 74-76).

Visando sobrepujar as adversidades ambientais, o Barão de Moçâmedes ordenou a utilização de um escaler a remos, a fim de permitir a aproximação à costa, a análise dos sítios para o fundeio dos navios e o desenho do contorno do litoral. Pouco se sabe sobre os contratemplos enfrentados pela tripulação do escaler, ou mesmo o seu tamanho e a sua tripulação. Entretanto, o desenho que compõe o mapa elaborado por Pinheiro Furtado, em 1786, indica ter sido um barco pequeno, com pelo menos oito remadores e um mestre (embora houvesse, ao menos, dois militares portugueses de alta patente embarcados, Pinheiro Furtado e António José Valente, que provavelmente não participaram do esforço de propulsão do escaler e, aparentemente, não foram retratados no desenho). O escaler navegou cerca de 800 quilômetros em 45 dias, e há uma única informação de desembarque da tripulação, nos arredores da angra do Negro (Furtado, 1785a, f. 1r-1v).

Por terra, os elementos para a construção dos mapas foram recolhidos pela comitiva comandada por Gregório José Mendes. As informações físicas, demográficas e ambientais foram reunidas em um relato de viagem, que pode ser considerado o primeiro documento produzido com a finalidade de construir um conhecimento específico sobre a região ao sul de Benguela (Mendes, 1786, f. 54r-64v). O relato é um documento complexo, construído a partir das observações *in loco* realizadas por Mendes, mas também pela recolha de uma série de informações provenientes de habitantes locais coagidos e capturados durante a expedição. São mencionados oito informantes (ou grupos de informantes) no relato, que desempenharam as funções de guias para a comitiva, apontando os caminhos em direção ao interior e as passagens existentes entre as



montanhas, e de intérpretes, tanto na comunicação *per se*, quanto na interpretação das ações das sociedades locais (Matos e El Bouzidi, 2023, p. 82).

Mendes informou, detalhadamente, a direção e o ritmo da marcha da comitiva, com regularidade, no relato de viagem. Não há informações sobre a presença de pessoas capacitadas, na comitiva, para realizar o cálculo da posição geográfica com alguma precisão. De forma análoga, não há informações sobre a existência de equipamentos adequados para o cálculo da latitude e da longitude, ainda que, em pontos isolados e de forma imprecisa, Mendes tenha mencionado a latitude local observada.

Desde o regresso à Benguela do segmento terrestre comandado por Mendes, até o envio do mapa elaborado por Pinheiro Furtado, em 1786, à metrópole, passaram-se aproximadamente 20 dias, o que aponta para a exiguidade de prazo para a produção daquele documento, e também para a importância dada ao mapa pelo Governador de Angola. Era necessário convencer a Coroa portuguesa da exequibilidade do projeto de ocupação da região e, para isso, o Barão de Moçâmedes instrumentalizou politicamente, de forma expedita, os conhecimentos recolhidos e apresentados documento cartográfico.

Análise cartográfica

Pela similaridade dos documentos, e devido ao fato do primeiro mapa elaborado por Pinheiro Furtado, em 1785, ter servido, essencialmente, como subsídio para a construção do mapa de janeiro de 1786 (*Mappa de uma parte da Costa Occidental de Africa comprehendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella, e a Anciada das Arêas*), optou-se por realizar as análises cartográfica e cartométrica (relativa à precisão), apenas do último documento.

A área mapeada está localizada dentro de um retângulo graduado nas laterais com indicações de latitude, em espaçamentos de dez minutos, variando entre 12° 10' S e 15° 30' S. Não há graduações de longitude ou qualquer citação a um meridiano de referência. Na área externa ao retângulo, no lado direito inferior, há a indicação do sítio onde o mapa foi impresso, a *Lithographia da Imprensa Nacional*. No lado esquerdo inferior, está a identificação do litógrafo responsável pela impressão, de nome *Assumpção*. Na parte interna do retângulo estão elementos técnicos como a escala gráfica, representada por um tronco de petipé, no canto superior esquerdo, e a rosa dos ventos, imediatamente abaixo



da escala. Não há indicações de desvios ou da declinação magnética, o que sugere a orientação do mapa para o norte magnético.

Encontra-se, na parte interna do mapa, um carimbo com a inscrição ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, à direita da escala, identificando o órgão responsável pela sua custódia. No canto inferior direito está disposto o título, ao que foi acrescentada a nota “Desenhado por Luis Candido Cordeiro em Angola no anno de 1786”. Não existem legendas ou explicações sobre as feições apresentadas. Entretanto, podem ser identificados, no mapa, povoações representadas por pequenos círculos sem preenchimento, com topônimos em letras pequenas: Quipupa, Dumbe da Quizamba e Mocoio, todas na parte superior do mapa (nas proximidades de Benguela).

Topônimos regionais foram registrados com caracteres maiúsculos, como BUMBO, TAMBA, BIMXIABA e BAMBO, refletindo o maior destaque dado a essas áreas no relato de viagem de Gregório José Mendes, e indicando a sua maior representatividade para os sertanejos portugueses que percorriam a região. As sociedades contactadas foram representadas por letras maiúsculas ainda mais realçadas, como COANDO, MOCOANDO, MOCOROCA e MOCUANHANGE, apresentando um inventário demográfico que era de vital importância para a atuação das administrações coloniais, através do agrupamento dos diferentes grupos humanos contactados, segundo as suas supostas similaridades linguísticas e culturais. O processo de etnomização destas sociedades, pouco conhecidas pelos portugueses, levou em conta, em alguns casos, a autonominação das populações; em outros casos, como as populações eram referidas pelos grupos confinantes ou pelos próprios portugueses; e, uma terceira hipótese, de acordo com regiões ou pontos geográficos notáveis próximos (Matos, 2023, p. 83).

As populações identificadas como Coandos e Mocoandos foram representadas entre a angra de Santa Maria e a elevação do Bambo, no interior, seguindo o curso do rio São João de Quimina (identificado pelo autor como o atual rio Carunjamba). No seu relato de viagem, Mendes as diferenciou em dois grupos, os “meio-civilizados” que habitavam o monte do Bambo e que possuíam culturas agrícolas e uma grande quantidade de cabeças de gado, em oposição ao que chamou de “selvagens da costa”, grupos nômades e com pouca atividade pastoril, restrita a pequenos animais (Mendes, 1786, f. 54r-56v). A diferenciação das etnomizações Coando e Mocuando pode ter resultado da desatenção ou do desconhecimento, por parte de Mendes ou de Pinheiro Furtado, do fato de que o prefixo *Mo* ou *Mu*, presente na linguagem das populações da região ao sul de Benguela,



era um indicador de singularização. Assim, Mocoando seria uma identificação local para o indivíduo pertencente à sociedade Coando. Milena Argenta, em trabalho sobre as populações que habitavam a foz do rio Curoca em 2012, apontou a utilização ainda atual do prefixo *Mu* para indicar o singular nos etnônimos, formando-se o plural com o acréscimo da letra *s* ao final das palavras (Argenta 2012, p. 24).

As populações identificadas no mapa como Mocoacas foram contactadas nas proximidades da serra das Mesas. Segundo o relato escrito por Mendes, eram “um gentio, de idioma gutural, desentendido de todos os negros que me acompanhavam [...] este gentio parece ainda muito distante de todas as vias de comércio” (Mendes, 1786, f. 55r-55v). Ainda de acordo com o sertanejo, o grupo não possuiria um governo constituído, habitando esparsamente as franjas dos montes e vivendo do leite de seus gados, da caça e da coleta de frutos silvestres e da pesca. A utilização do estalo na linguagem fez com que Pinheiro Furtado, ao elaborar o documento cartográfico, relacionasse essa população aos grupos “Mocoacas”, anteriormente contactados por outro sertanejo de origem portuguesa, João Pilarte da Silva, ao realizar uma viagem de reconhecimento ao cabo Negro. No relato de viagem escrito por Silva, as populações foram descritas como sendo nômades e hostis a qualquer contato com estrangeiros, possuindo uma linguagem composta por estalos e acenos (Silva, 1770, F. 1v-2r).

Os Mocuanhangues foram representados nas cercanias da angra do Negro, na planície costeira confinante à serra da Chela. Sobre essa sociedade, Mendes afirmou que se tratava de uma população anteriormente pastoril, que havia se sedentarizado e que cultivava feijão, milho e tabaco, utilizando técnicas específicas de plantio e de represamento de água, como a construção de açudes (Mendes, 1786, f. 56v-59v). Sobre o etnônimo, que não foi registrado em mapas ou em relatos de viagem posteriores, Ruy Duarte de Carvalho sugeriu ser uma referência geográfica à serra de Cuanhangue, situada a leste de Moçâmedes, em uma área imediatamente anterior às escarpas da serra da Chela (Carvalho, 1999, p. 39).

A ausência de informações na parte interna do mapa, assim como a falta de representações dos centros de poder locais, vagamente identificados como “Povos” nas proximidades dos topônimos regionais, foi uma escolha feita por Pinheiro Furtado com o objetivo de apresentar aquela região como um vazio demográfico. A simbologia utilizada no documento cartográfico, com montanhas esparsas, rios (perenes e intermitentes) representados no sentido leste-noroeste e praticamente em linha reta, visava difundir a



ideia de que a penetração para o interior poderia ser realizada sem maiores obstáculos, através de vias de penetração que já existiam, os rios.

A perspectiva apontada por Pinheiro Furtado sobre o interior servia como reforço para o projeto de ocupação branca delineado pelo Governador de Angola, o Barão de Moçâmedes. Esse projeto, releitura do projeto de seu antecessor, Sousa Coutinho, servia-se de um mesmo panorama do “sertão de Benguela”, como uma área ampla, uniforme, bruta, incivilizada, pouco habitada, um sítio onde não se observavam as leis portuguesas. Para Sousa Coutinho, o vazio do sertão o tornaria apto para receber colonos europeus, no início de um projeto de colonização que alcançaria a costa oriental do continente africano. Para o Barão de Moçâmedes, servia como ponto de partida para o estabelecimento de um novo eixo comercial em terras supostamente sob a soberania portuguesa. Em ambos os casos, o interior ou sertão de Benguela foi considerado um lugar disponível para a exploração portuguesa, à espera de uma qualificação civilizadora, que somente seria possível através do estabelecimento de um povoamento branco, aos moldes europeus (Matos, 2023, p. 163-164).

Cabe ressaltar que o termo sertão, constante das fontes manuscritas daquele período histórico, retratava a habitação principal dos “gentios”, fossem as populações locais sujeitas às autoridades avassaladas ou não; o lugar dos selvagens, dos grupos sem cultura, o local preferido para o abrigo dos militares desertores e das pessoas escravizadas em fuga (Dias, 1998, p.355). O termo referiu-se, desde o início da presença portuguesa, aos locais para além das fronteiras da jurisdição civil, judicial ou eclesiástica, designando, por contraste, espaços de poder africanos, dominados por sistemas sociais e políticos próprios (Santos, 2005, p. 12). Uma outra perspectiva da utilização do termo, convergente com a anterior, foi a apontada por Antonio Carlos Robert Moraes, que considerou o sertão não como um lugar, mas como uma condição atribuída aos diferentes espaços geográficos, uma construção imaginária concebida como um espaço para o alargamento do domínio colonial, sendo um termo da geografia colonial que reproduziria o olhar apropriador dos impérios em expansão (Moraes, 2003, p. 2-3).

Os fundeadouros foram identificados com âncoras, de forma a chamar a atenção para a suposta segurança, na realização de fundeios e de desembarques, naqueles sítios. Entre os fundeadouros identificados, estão Benguela, a Anciada da Lappa (atualmente Bentiaba) e o novo porto de Mossamedes (renomeado ainda em 1785, antiga angra do Negro). A hidrografia foi representada de forma densificada no mapa, acompanhada por topônimos apresentados em letras minúsculas. Houve, entretanto, uma grande



imprecisão, reflexo do reduzido conhecimento do interior e de uma aparente suposição, pelos exploradores portugueses, de que todos os rios da região corriam no sentido sudoeste-oeste. A trajetória da comitiva comandada por Gregório José Mendes foi representada por linhas pontilhadas em preto. De forma análoga, os pontos mais meridionais alcançados pelo segmento marítimo da expedição foram representados por símbolos específicos: o contorno de uma fragata, com dois mastros, foi desenhado na altura do novo porto de Mossamedes, enquanto a silhueta de um pequeno escaler a remos foi desenhada nas proximidades da Anciada das Arêas, marcando os dois pontos extremos alcançados pelos respectivos meios.

A toponímia no litoral privilegiou nomes portugueses, tendo sido renomeadas feições como a Anciada da Lappa e o porto de Mossamedes, em homenagem ao Barão de Moçâmedes (que também possuía o título nobiliárquico de Conde da Lapa). No interior, os topônimos seguiram a nomenclatura local, através das informações obtidas por meio dos numerosos prisioneiros feitos, que serviram de guias e intérpretes a coluna comandada por Mendes.

Geometria projetiva, escala e precisão

Não existem registros, no mapa, que permitam estabelecer a unidade exata de distância utilizada na sua construção, constando apenas a palavra “légua” acima dos troncos de petipé. Também não são encontrados dados, na documentação histórica arquivada no AHU, que esclareçam essa informação. De forma análoga, os documentos cartográficos elaborados por Pinheiro Furtado, no período em que serviu em Angola, seguiram o mesmo padrão, com a referência singela ao termo “légua” sobre os troncos de petipé, sem especificações adicionais.

Sobre o valor exato da medida de distância “légua”, pode-se apontar que, no século XVIII, havia uma grande variação no seu valor, conforme o sítio em que a medida era empregada. Iraci del Nero da Costa, em um trabalho sobre pesos e medidas utilizados durante o período colonial brasileiro, listou as medições de légua, légua marítima, légua de 25 ao grau, légua de 20 ao grau e légua de 18 ao grau. Para o valor da légua, estabeleceu uma relação de equivalência de 3.000 braças (Costa, 1994). Miguel da Silva Marques, ao investigar a equivalência de medidas para a cartografia antiga, apontou uma grande variedade de valores, diferentes conforme o período em que foram usados, listando treze valores possíveis para medidas portuguesas de légua terrestre, e dez para a medida de

légua marítima (Marques, 2021, p. 23). João José de Sousa Cruz referiu, dentre as várias possibilidades de equivalência, à relação entre o valor de uma légua e 6.600 metros, através do cálculo matemático utilizando as diferentes medidas anteriormente relacionadas por Iraci del Nero da Costa (Cruz, 2009).

Na presente investigação, fez-se uma escolha pela utilização da equivalência de uma légua a 6.600 metros. Essa decisão resultou da comparação entre a distância cartografada, no mapa histórico, e a distância real, entre os pontos de controle Benguela, Dumbe da Quinzamba/Dombe, angra de Santa Maria/cabo de Santa Maria, ilhéus do Pina, baía Vermelha/ baía das Matilhas, Anciada da Lapa/Bentiaba, Mossamedes/Moçâmedes e Anciada das Arêas/Tômbua. Todos os pontos de controle encontram-se representados no mapa histórico e são identificáveis, com alguma clareza, nas imagens de satélite atuais. Dentre os diversos valores para a medida “légua” passíveis de utilização, o que melhor se adequou à razão distância real x distância em milímetros no mapa, resultando em um menor erro absoluto, foi o valor de 6.600 metros. A partir dessa escolha, foi calculada a escala do documento cartográfico, chegando ao valor aproximado de 1:1.000.000, válido para todas as partes do mapa e condizente com as distâncias e posicionamentos reais obtidos por meio das imagens de satélite.

Para examinar a precisão em latitude do mapa elaborado em 1786, procedeu-se, inicialmente, a uma comparação entre as latitudes dos pontos de controle, identificados no mapa histórico, e a latitude real desses pontos, conforme apresentado na tabela 1⁹.

Tabela 1: Comparação entre a latitude apresentada no mapa histórico e nas imagens de satélite.

PONTO	LATITUDE IMAGEM	LATITUDE NO MAPA DE 1786	IMPRECISÃO	REFERÊNCIA ATUAL
BENGUELA/R. MARIMBONDO	12° 33' 30"S	12° 14' 30"S	19' (N)	Foz do rio Cavaco (antigo Marimbondo)
DUMBE DA QUINZAMBA	12° 56' 59"S	12° 47' 30"S	9' (N)	Sede da comuna do Dombe Grande
ANGRA DE SANTA MARIA	13° 25' 05"S	13° 04' 22"S	21' (N)	Ponta ao norte do cabo de Santa Maria
ILHEO DE PINA	13° 27' 06"S	13° 16' 52"S	11' (N)	Ponta exterior dos ilhéus do Pina.
BAÍA VERMELHA	14° 03' 20"S	13° 42' 30"S	21' (N)	Ponta ao norte da baía das Matilhas
ANCIADA DA LAPA	14° 11' 06"S	13° 53' 45"S	18' (N)	Ponta da feição ao norte de Bentiaba.

⁹ Não é possível calcular a precisão em longitude do mapa elaborado por Pinheiro Furtado, em 1786, em virtude da ausência de informações sobre esta medida no documento. Ainda que seja possível realizar uma estimativa das longitudes e correlacioná-las com as posições cartografadas, o resultado será pouco preciso e terá um reduzido valor de comparação, por basear-se em suposições sobre a construção do mapa, que não podem ser confirmadas ou verificadas através da documentação existente.



MOSSAMEDES	15° 10' 05"S	15° 02' 30"S	8' (N)	Foz do rio Bero, na baía de Moçâmedes
ANCIADA DAS AREAS	15° 46' 54"S	15° 30' 00"S	16' (N)	Ponta ao norte da baía em frente a Tômbua

Fonte: elaborada pelo autor.

Há um deslocamento sistemático para o norte, com uma imprecisão média de cerca de 15,4', ainda a ser explicado por investigações posteriores. De forma inesperada, a cidade de Benguela apresenta uma das maiores imprecisões, aproximadamente 19' (N). Estabelecida como um núcleo de poder português desde 1617, Benguela era um importante centro militar e comercial ao sul do rio Kwanza. Esperava-se que a posição geográfica da cidade fosse conhecida com maior precisão, mas as incertezas absolutas da latitude de Moçâmedes e do Dombe Grande da Quizamba apresentam-se sensivelmente menores.

Um segundo passo foi realizar uma superposição entre o mapa histórico e imagens de satélite USGS/NASA Landsat, disponibilizadas pelo *software* Google Earth Pro, conforme apresentado na figura 2. A fim de possibilitar a comparação entre os dois documentos, algumas premissas foram estabelecidas: considerou-se as imprecisões de latitude como um desvio sistemático, fato evidenciado pela comparação de latitudes realizada inicialmente; fez-se com que a localização de Benguela, no mapa histórico e na imagem, coincidisse (pressupondo que a posição da cidade fosse conhecida com maior precisão); e manteve-se as proporções, em largura e comprimento, do mapa histórico.

Na figura 2, os pontos de referência identificados no mapa histórico estão em vermelho, enquanto os mesmos pontos, na composição de imagens de satélite, encontram-se em azul. Ao tomar Benguela como referência para a superposição dos mapas, os erros de latitude dos demais pontos de referência foram reduzidos, principalmente na parte central do mapa histórico, entre a Angra de Santa Maria e a Ancuada da Lappa. A Ancuada das Arêas também se ajustou de forma satisfatória na comparação. A medição da latitude do novo porto de Mossâmedes, visitado tanto pelo segmento marítimo quanto pelo segmento terrestre da expedição de reconhecimento, apresentou a maior imprecisão, ainda que a representação cartográfica da baía de Moçâmedes tenha apresentado um contorno muito similar com a sua conformação real.



Figura 2 - Superposição entre o mapa histórico e a composição de imagens de satélite. Em vermelho, os pontos de referência identificados no mapa histórico; em azul, os mesmos sítios identificados nas imagens de satélite.



Fonte: elaborada pelo autor, a partir do mapa histórico produzido por Pinheiro Furtado (1786) e composição de imagens de satélite disponíveis no *software* Goggle Earth Pro (disponível em: <http://earth.google.com>. Acesso em 30 maio 2024).

Ainda que possam ser identificadas diferenças entre a representação cartográfica do litoral no mapa histórico, e a situação real apresentada nas imagens de satélite, notadamente no traçado mais retilíneo apresentado pelo mapa e nos diferentes pontos de inflexão da costa, similaridades podem ser apontadas, notadamente em relação à conformação dos principais pontos de interesse aos portugueses, como as enseadas propícias ao fundeio de embarcações. Dessa forma, analisadas as imprecisões das latitudes e a superposição do mapa histórico às imagens atuais, pode-se apontar que o documento cartográfico possui uma boa precisão, dadas as condições de sua elaboração, em 1786. A inexistência, à época, de equipamentos de medição adequados em Angola e em Benguela, aliada à falta de pessoal especializado – engenheiros, geógrafos, cartógrafos, naturalistas ou astrônomos – restringia as possibilidades da produção cartográfica regional, reduzida ao trabalho de Pinheiro Furtado.



Conclusão

Os documentos cartográficos sobre a região ao sul de Benguela, elaborados por Pinheiro Furtado entre 1785 e 1786, foram fontes importantes para a construção do conhecimento português sobre a região. Os mapas são documentos ricos e podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas: histórica, geográfica, cartográfica, política e social. Historicamente, foram os primeiros documentos construídos focando, particularmente, a região ao sul de Benguela; geograficamente, detalharam e nomearam as feições costeiras, utilizando uma toponímia em língua portuguesa e, no interior, apresentaram novos topônimos, resultantes da identificação de sítios, montanhas e rios. No campo da cartografia, atualizaram os documentos cartográficos anteriores, que cobriam a região em escala sensivelmente menor e com menor detalhamento. Em relação à política, o plano e a carta foram utilizados como trunfos, pelo Barão de Moçâmedes, em seu projeto de ocupação do entorno do cabo Negro, ainda que o seu plano não tenha sido ratificado pela metrópole. No âmbito sociocultural, o mapa representou as populações que habitavam a região, refletindo o ponto de vista português sobre a ocupação do território e sobre a distribuição dos habitantes pelos diferentes espaços geográficos.

Fontes

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro**. Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 69, doc. 50 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 15 dez. 1784.

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Ordem que deve executar a tropa transportada na fragata Loanda, que se destina à exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do cabo Negro**. Livro de Registro de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola; códice 1642 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 21 mai. 1785.

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Carta a José de Siabra e Silva**. Livro de Registro de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola; códice 1642 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 12 jan. 1786a.

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro**. Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 71, doc. 7 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 18 jan. 1786. 1786b.



ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Livro de Registro de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola; código 1642 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 28 mar. 1786. 1786c.

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Livro de Registro de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola; código 1642 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 15 jul. 1786. 1786d.

ALBERGARIA, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de. **Carta ao Arcebispo Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha.** Livro de Registro de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola; código 1642. (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 12 ago. 1787.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola.** Lisboa: Editora Ática, 1937.

COUTINHO, Francisco Inocêncio de Sousa. **Bando que ordena as feiras nos sertões de Benguela e Caconda.** Fundo Conde de Linhares, maço 46 (1765/1774); PT/TT/CLNH/0046/08 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). 23 set. 1768.

COUTINHO, Francisco Inocêncio de Sousa. **Carta do Governador e Capitão-General de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao Capitão-Mor de Benguela, José Vieira de Araújo.** Microfilmes, cota F. 6377, vol. II (Biblioteca Nacional de Portugal). 28 abr. 1770.

COUTINHO, Francisco Inocêncio de Sousa. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 55, doc. 71 (Arquivo Histórico Ultramarino). 25 set. 1771.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Ofício ao Governador e Capitão-General, Barão de Moçâmedes.** Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 70, doc. 48 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 22 set. 1785a.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Plano de huma parte da Cósta Occidental de Africa comprehendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella e a Grande Anciada das Arêas.** Examinada por ordem do Illm.º e Exm.º Sñr. Barão de Mossamedes. Gov.or e Cap.m Gn.al do Reyno de Angolla: pello Ten.e Cor.el e Engenr. Luiz Candido Cordeiro Pinhr.º Furtado; e pello Ten.e do Mar, e Armada Real; António José Valente. Fundo Cartografia Manuscrita; PT/AHU/CARTM/001/00279 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). Out. 1785b.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Mappa de uma parte da Costa Occidental de Africa comprehendida entre a Cidade de S. Felipe de Benguella, e a Anciada das Arêas,** examinada pelo Tenente Coronel Engenheiro Luis Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, e pelo Tenente do Mar António Jozé Valente, em que se nota a marcha feita nos Certoens Limítrofes pelo Sargento Mór Gregório Joze Mendes: tudo por ordem do Illm.º e Exm.º Sñr. Barão de Mossamedes Governador, e Capitam General do Reino de Angola, e suas Conquistas. Fundo Cartografia Imprensa; PT/AHU/CARTI/001/00335 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). Jan. 1786.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Mappa Geografico da Costa Occidental de Africa comprehendida entre 5 e 19 grãos de latitude Sul, representando no**



Continente o Estado actual do Reino de Angola e Benguela, com as expedições, e novos descobertos que nos Certoens do Sul se fizerão por Ordem do Exm.º Barão de Mossamedes, Governador e Capitão General dos mesmos Reinos, e tentativa para frustrar o Comercio que os Estrangeiros faz na foz do rio Ambriz com as Provincias do Norte; a custa do Nacional inutilizado pella perfidia, e total Dezerção dos Negros auxiliares pessoalmente intereçados na sua duração e maior vantagem. Em que se corrigem todas as pozições e Ortografias dos Antecedentes e arbitrarios Mapas: pelas noticias dos mais inteligentes e praticos Certanejos. e pelas observaçoens do Ten.el Cor.el Engenheiro Luis Candido Cordeiro Pinh.ro Furtado que procurreo a Costa de Molembo até Cabo Negro. Notados os Principaes Estados, Provincias, e Sovados Vassallos, e livres até aos ultimos limites barbaros com q há tracto, e Comercio e fornecem Captivos a exportação Nacional. Fundo Cartas Antigas; cota CA569 (Diretoria Geral do Território, Lisboa). 1790.

LENCASTRE, António de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 57, doc. 28 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 31 mar. 1773.

MAGALHÃES, Pedro José Correia de Quevedo Homem. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Fundo do Conselho Ultramarino; série Angola, cx. 70, doc. 5 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 24 fev. 1785a.

MAGALHÃES, Pedro José Correia de Quevedo Homem. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Fundo do Conselho Ultramarino; série Angola, cx. 68, doc. 12 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 4 mai. 1785b.

MAPA... **Mapa com os vencimentos do Marechal de Campo Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado.** Processo individual do Coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, cx. 524 (Arquivo Histórico Militar, Lisboa). 1822.

MENDES, Gregório José. **Descrição itinerária da derrota que por ordem dos srs. da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe de Benguela, pelo ilmo. e ex. sr. Barão de Moçâmedes, Governador e Capitão General do Reino de Angola e suas conquistas, fez o Sargento-Mor Gregório José Mendes, da mesma cidade até ao porto de Moçâmedes, na angra do Negro, em 15° de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada à mesma junta em 1 de janeiro de 1786.** Livro de registo de correspondência com o Reino de Portugal, da Secretaria do Governo-Geral de Angola, no período entre 1784 e 1790, códice 1643 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 1 jan. 1786.

MESQUITA, António José Pimentel e Castro de. **Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.** Fundo do Conselho Ultramarino; série Angola, cx. 66, doc. 8 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 27 jan. 1783.

SILVA, João Pilarte da. **Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva, hoje falecido ao Capitão-Mor José Vieira de Araújo da viagem que fez ao cabo Negro por terra no ano de 1770, em companhia de José dos Santos hoje Capitão-Mor de Caconda.** Fundo do Conselho Ultramarino, série Angola; cx. 70, doc. 5, anexo (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 24 mar. 1785.



Referências bibliográficas

ALFAGALI, Crysleine Gloss Marão. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

ARGENTA, Milena. **Marcas da etnicidade**: indumentária e pertença étnica no Curoca, sudoeste de Angola. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100472>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CANAS, António Costa; Gonçalves, António; Salgado, Augusto; Guerreiro, Inácio; Pereira, José Manuel Malhão. **Navios, Marinheiros e Arte de Navegar, 1669-1823**. Lisboa: Academia de Marinha, 2012.

CANDIDO, Mariana P. **An African slaving port and the Atlantic world**: Benguela and its hinterland. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Vou lá visitar pastores**: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuwale (1992-1997). Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

COSTA, Iraci del Nero da. **Pesos e medidas no período colonial brasileiro**: denominações e relações. Boletim de História Demográfica, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos. Acesso em: 20 dez. 2023.

CRUZ, João José de Sousa. **Do pé real à légua da póvoa**. Revista Militar, n. 2491/2142, ago./set. 2009. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/500>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DELGADO, Ralph. **Ao sul do Cuanza**: ocupação e aproveitamento do antigo Reino de Benguela. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944.

DIAS, Gastão Sousa. **Pioneiros de Angola**: explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937.

DIAS, Gastão Sousa. **A cidade de Sá da Bandeira**. Sá da Bandeira: Gráfica da Huíla, 1957.

DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Coord.). **O Império Africano (1825-1890)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 319-556.

MARQUES, Miguel da Silva. **Cartografia antiga, tabela de equivalências de medidas**: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2001.

MATOS, Paulo Pereira Oliveira. **“Terras desertas e selvagens”**: a região ao sul de Benguela no imaginário português (1750-1840). Dissertação (Mestrado em História), Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/61489>. Acesso em: 20 dez. 2023.



MATOS, Paulo Pereira Oliveira; EL BOUZIDI, Mhamed. **O relato de viagem de Gregório José Mendes (1785) e a tentativa de expansão da presença portuguesa ao sul de Benguela.** Horizontes Históricos, v. 7, n. 2, p. 72-95, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/19425/14938>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MILLER, Joseph C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830.** Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão: um “outro” geográfico.** Terra Brasilis n. 4-5 (2003). Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.230>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MOTA, Avelino Teixeira da. **A cartografia antiga da Africa Central e a travessia entre Angola e Moçambique: 1500-1860.** Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1964.

SANTOS, Catarina Madeira. **Um Governo ‘polido’ para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800).** Tese (Doutorado em História), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África.** Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

THOMPSON, Estevam Costa. **The Making of Quilengues: Violence, Enslavement and Resistance in the Interior of Benguela, 1600-1830.** Tese (Doutorado em Filosofia), Toronto: Faculdade de Estudos Graduados da Universidade de York, 2021.

VIEIRA, Carla da Costa. **Os portugueses e a travessia do continente africano: projetos e viagens (1755-1814).** Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão), Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006.